



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 7ª reunião, realizada em 27 de julho de 2017

1 Em 27 de julho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello
5 Rodrigues Sarmiento e o presidente suplente Thiago Cavanelas Gelape,
6 representantes da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira
7 Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8 (Seapa); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
9 Agrário (Seda); Letícia Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de
10 Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência
11 Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFAMG) / Ministério da Agricultura,
12 Pecuária e Abastecimento (MAPA); Márcio Stoduto de Mello, da Empresa de
13 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater);
14 Gustavo Guimarães Alves, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
15 Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor
16 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto
17 Santos Oliveira, Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação da
18 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Antônio Eustáquio
19 Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral Melo, da
20 Universidade Federal de Lavras (Ufla); Emílio Mouchrek Filho, do Conselho
21 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos**
22 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
23 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente João Paulo Mello
24 Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 7ª reunião da Câmara de Atividades
25 Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
26 **GERAIS.** Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Na semana
27 passada, nós firmamos um convênio com a CBH Peixe Vivo. Então, nós
28 estamos restaurando os viveiros. São retomadas fundamentais para que
29 tenhamos uma política do PRA e do CAR efetivada, que é a disponibilização de
30 mudas e assistência técnica. Com todas essas dificuldades de recursos
31 financeiros, o IEF já está em fase de recuperação de dez viveiros, e com outros
32 mais com que estamos trabalhando, buscando sempre as parcerias, para voltar
33 a ter a disponibilidade mudas para atender vários programas. Nós temos
34 conversado também com várias prefeituras para desenvolvimento de programas
35 de recuperação de nascentes. Então são ações que nós vimos tomando para
36 voltar a ter uma ação bem efetiva de restauração ambiental nessas áreas. É
37 preocupante a questão do PRA, porque o volume nosso é muito grande. E,

38 falando do PRA, o nosso pessoal já está fazendo, na semana que vem, mais
39 um treinamento em Brasília, junto com o Serviço Florestal. Estamos
40 aprimorando e já estamos em um processo de contratação. Em breve, o IEF vai
41 ter o marco jurídico do PRA. Isso é uma evolução que faz parte da política
42 agrícola. Nós vamos ter um evento muito interessante em articulação com a
43 Seda. Nós temos trabalhado muito hoje em parceria com as Secretarias. E
44 vamos ter também, no dia 21 de setembro, um evento no Centro Mineiro de
45 Referência, um evento florestal, no Dia da Árvore. Teremos uma palestra, e eu
46 quero trazer essa palestra para a CAP, sobre curso de restauração feito pelo
47 Instituto Input. É um trabalho muito interessante deles, e vamos começar a
48 discutir essa questão de valores, trazendo para a pauta de restauração a
49 variável econômica, dentro dos princípios de sustentabilidade. Então seriam,
50 inicialmente, algumas ações que já estão ocorrendo. O Estado não está parado.
51 Com todas as dificuldades, nós estamos trabalhando e buscando realmente
52 ações para retomar essa parte de restauração, essa agenda ambiental rural
53 positiva, pois isso é fundamental. Nós temos convicção de que a política evoluiu
54 e não passa mais só pelo comando e controle, que tem outras ações da política
55 e projetos interessantes da política ambiental que temos que estar adotando. Eu
56 estive também em Lavras conversando com o reitor com relação ao que já
57 tenho falado aqui algumas vezes de o CAR ser realmente um sistema de gestão
58 da atividade agrossilvipastoril. Então nós temos trabalhado muito nessa linha.
59 Me parece que a nossa ideia chegou aos ouvidos do Espírito Santo, que já está
60 começando, com uma facilidade de recursos maior, um projeto nessa linha
61 também. A partir do momento que se tem toda uma visão da atividade
62 agrossilvipastoril, começa a ter uma gestão mais efetiva.” Conselheira Juliana
63 Pereira Cunha: “Só para informar que a Seapa já enviou os convites para as
64 Câmaras Técnicas. Como foi dito na reunião conjunta entre CPB e CAP, o
65 Conselho Estadual de Política Agrícola (Cepa), através das suas Câmaras
66 Técnicas, na semana que vem, vai discutir a revisão da DN 74, e a presença
67 dos senhores é muito importante. Nós acreditamos que o Cepa é um conselho
68 legítimo para discutir toda a Listagem G e a DN em si, e espera serem frutíferas
69 as discussões e contribuir para a revisão da norma.” Presidente João Paulo
70 Mello Rodrigues Sarmiento: “É mais um fórum importante para discutirmos a DN
71 74, porque ali tem a representação de vários setores da atividade
72 agrossilvipastoril. Eu parablenizo a iniciativa da Seapa. Nós sabemos que as
73 discussões nesses fóruns trazem sempre bons frutos.” Conselheiro Pedro de
74 Freitas Moreira: “Eu queria trazer aqui um informe sobre um seminário que a
75 Secretaria de Desenvolvimento Agrário, junto com o IEF, vem construindo, de
76 sistema agroflorestal como instrumento para recuperação ambiental. A partir de
77 alguns projetos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, de fomento à
78 implantação de sistemas agroflorestais, apareceu para nós uma demanda sobre
79 a regulamentação dessa questão, da perspectiva de os sistemas agroflorestais
80 serem instrumentos de recuperação ambiental, o que faz muito sentido para a

81 área da agricultura familiar, para aquelas propriedades com menos de 4
82 módulos fiscais. E vai acontecer nos dias 10 e 11 de agosto. No dia 10, nós
83 vamos fazer, na UFMG, um debate com Fernando Rabelo, Andrew Miccolis e
84 Patrícia Vaz, discutindo um pouco essa questão do sistema agroflorestal. E no
85 dia 11 nós vamos fazer uma reunião ampliada da Câmara Técnica de
86 Agroecologia e Produção Orgânica, uma reunião não aberta para todo mundo,
87 mas de trabalho para as entidades que vêm acompanhando. E os conselheiros
88 da CAP, do COPAM, também estão convidados, para começarmos a discutir
89 uma minuta de regulamentação no Estado. Esse processo vai ser
90 institucionalizado a partir de um grupo de trabalho que vai ser construído entre o
91 IEF, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e a SEMAD. Nós vamos
92 formalizar um grupo de trabalho para pensar e discutir a questão desse
93 instrumento normativo para regulamentar isso. E esse seminário vem um pouco
94 nesse sentido para pautar e colocar um pouco o olhar da agricultura familiar
95 dentro dessa perspectiva dos sistemas agroflorestais.” Presidente João Paulo
96 Mello Rodrigues Sarmiento: “Participem, essas discussões são importantes.
97 Principalmente na agricultura familiar, em regiões de pequenas propriedades
98 rurais, é fundamental ter opções econômicas. Hoje não tem como entrar com
99 opção impositiva de restauração pura e simples. Tem o setor humano ali, e
100 vamos começar a dar alternativas econômicas para fazer essa restauração.
101 Algumas das alternativas econômicas viáveis tecnicamente que conhecemos
102 são SAP e ILPF, e nós temos que começar a realmente aplicar. Trazer essa
103 discussão, as nossas contribuições, a experiência de todos, isso é muito
104 importante, e eu tenho certeza que vai engrandecer o seminário. É um esforço
105 conjunto IEF e Seda que vimos articulando para termos condições de atender a
106 demanda legal do próprio PRA, bem como demandas institucionais e dar
107 condições de sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, de
108 permanecer o homem no campo. Então é preciso ter alternativas de técnicas
109 modernas de produção.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Não deixar de
110 citar também a parceria da AMA, que é a Articulação Mineira de Agroecologia,
111 do Promata e do Cedraf, que são parceiros nessa construção junto com a Seda
112 e o IEF.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu anotei algumas
113 considerações rápidas aqui, e uma delas é com relação a essa questão de
114 viveiros. Eu, sinceramente, pessoalmente, tenho uma aversão gigante com a
115 questão de mudas, porque nós que trabalhamos com recuperação de áreas
116 sabemos que ter uma muda já fazendo o seu papel não é fácil. Então eu acho
117 que não se pode perder de vista, pelo menos, nesse projeto, a questão da
118 proteção da área antes de qualquer ação lá dentro. Porque já vimos, inclusive,
119 condicionantes, produtores plantaram mudas, continua aberta a área, o gado
120 entrou. Mais uma vez eu queria reforçar aqui. Já que o Estado está com esse
121 apoio a projetos de viveiros, também não perder de vista aquilo que eu já falei
122 várias vezes aqui da retomada do projeto de fornecimento de material para
123 proteção de nascentes através do cercamento. Com o recurso que nós temos,

124 anualmente, em Paracatu, nós podemos dobrar a quantidade de áreas
125 protegidas se tivermos o material pela metade da metade que temos de
126 recursos. Outra questão que eu queria lembrar aqui, inclusive na apresentação
127 que a Emater fez a respeito de estradas vicinais, estradas rurais, de terra. Eu
128 acho que nós teríamos que tentar trazer especialistas. Tem o maior especialista
129 do Brasil, Dr. Álvaro, geólogo. Eu não sei qual seria o melhor espaço para ele vir
130 fazer uma apresentação sobre estradas rurais, não sei se seria aqui, no
131 COPAM, no Conselho Estadual. Tentar encaminhar isso, começar por aqui e
132 depois irradiar para o COPAM. Tem que tomar providência. De repente,
133 tentamos agendar com ele para uma apresentação aqui na CAP e depois tentar
134 levar para outras instâncias. Outra questão que tem me preocupado muito é
135 quando se fala de desmatamento zero pelo país afora. Tem uma questão que
136 está me preocupando imensamente, que é o desperdício na agricultura lá na
137 fonte. Eu entendo que nós deveríamos tentar, na reforma da DN 74, colocar
138 essa questão. Eu creio que praticamente ninguém aqui tem a noção do
139 desperdício de alimento no campo. Eu conheço uma lavoura de 180 hectares,
140 de produção de mamão, que deve estar jogando, por dia, uma carreta de
141 mamão fora. Isso é no Brasil inteiro. Então eu acho que nós temos que tomar
142 providência. Eu tive notícia de produção de banana, mais de 50% que é jogado
143 fora, lá na fonte. Se deu uma pintinha amarela, eles não transportam mais. E aí
144 vai, abobora, melancia... É um absurdo. Então eu queria que nós
145 trabalhássemos em cima disso ou na DN ou colocássemos considerações na
146 Supram para os projetos, para que o produtor rural se comprometa a resolver
147 isso, ou fazendo um sopão para a comunidade ou doando para entidades ou sei
148 lá o quê. Mas tem que ser tomada providência. O pessoal aqui não tem noção
149 do que eu estou falando, é preciso ir ao campo para ver. Então eu queria sugerir
150 para encaminhar essas questões.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues
151 Sarmiento: “Com relação a produção de mudas, eu tenho que discordar,
152 veementemente, porque é uma das boas técnicas, sim, de restauração. Tem
153 projetos de sucesso, como em Extrema, o que não quer dizer que tenhamos
154 que esquecer o cercamento. É outra técnica extremamente importante também.
155 Então nós temos que estar afinados com toda a tecnologia possível para
156 fornecer ao produtor rural. Enquanto for obrigação do IEF, de forma gratuita. E é
157 importante as empresas fazerem as ações para que isso ocorra. Não podemos
158 esquecer nem valorizar mais nem valorizar menos uma tecnologia, são áreas
159 específicas em que são possíveis determinados tipos de tecnologias. Com
160 relação a cercamento de nascentes, é uma preocupação nossa. Eu fui a alguns
161 viveiros e vi que tinha material estocado e mandei desovar. Se tem o produtor
162 que tem interesse, e nós temos o material, não podemos deixar estocado, tem
163 dinheiro público nisso, e temos que fazer cumprir a sua função. Se o programa
164 acabou, vamos colocar esses materiais. Eu já dei todas as orientações. Com
165 relação à questão das estradas vicinais, eu acho importante conversar com
166 esse professor e com a Secretaria Executiva e trazer essa discussão. Aqui é o

167 COPAM, a parte do COPAM que discute política agrícola. Então é importante
168 trazer para aqui e depois buscar outras formas, uma parceria com Emater, a
169 Faemg, o IEF. Com relação à questão da perda de alimentos, está na mídia,
170 mais de 40% da produção agrícola brasileira se perdem ou nas estradas ou nos
171 armazenamentos ou na própria propriedade rural. E muita coisa também
172 depende da questão de mercado, mas tem que ter uma política efetiva de
173 consumo desse produto. Eu lembro que fui a uma região produtora de tomate,
174 no ano passado, em que nem se colhia porque não se pagava o custo. Isso é
175 uma recorrência no setor agropecuário que é realmente uma falta de política
176 efetiva. Conversar com a Secretaria de Agricultura, a Faemg, os setores
177 representativos, e de repente sai uma proposta de uma política, de uma lei, de
178 como fazer, para a destinação dessa safra que se perde.” Conselheiro Antônio
179 Eustáquio Vieira: “Nessa questão do desperdício, a minha preocupação maior é
180 no campo, aonde está quase a totalidade do desperdício. Então nós temos que
181 tomar providência. E eu queria fazer só uma referência rápida sobre a questão
182 dos plantios de muda para restauração. É fácil para o IEF fazer isso. Eu acho
183 que poderia fazer, junto à Supram, um diagnóstico dos projetos que foram
184 contemplados com restauração nas regiões, e fazer para nós uma
185 apresentação. Aí nós vamos saber o que está acontecendo. Eu sei de
186 produtores rurais que tinham como condicionante plantar 10 mil mudas, e você
187 vai lá e não vê nada. Aí está o problema. Poderia ver isso junto à Supram para
188 que faça o levantamento, ‘foram plantadas tantas mil árvores, está aqui a
189 situação’. E, para finalizar, essa questão das madeiras nos viveiros. Eu já falei
190 isso aqui, que eu vi montanhas de madeiras, inclusive, apodrecendo, de
191 eucalipto, no Sul de Minas, há bastante tempo. Se tiver notícia de alguém que
192 está com dificuldade de esparramar isso, nós buscamos. Nós temos recurso
193 para transporte. Com isso, eu acho que podemos favorecer muita gente.”
194 Conselheira Juliana Pereira Cunha: “Sobre a questão de proteção de
195 nascentes, a título de informação, a Seapa tem uma ação orçamentária, que é o
196 manejo integrado das sub-bacias hidrográficas, que tem como principal
197 finalidade a revitalização das sub-bacias. Entre os objetos está cercamento de
198 nascentes, construção de terraços, estradas vicinais. É uma ação em execução.
199 Eu não tenho detalhamento de números nem das sub-bacias que no momento
200 estão sendo atendidas, mas eu me comprometo a informar aos senhores,
201 detalhadamente, por e-mail, sobre a ação. É uma importante ação, porque não
202 vemos, realmente, essa dicotomia entre solo e água, e sabemos da
203 necessidade dessa proteção.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa:
204 “Com relação à questão das estradas vicinais, é uma preocupação do Ministério
205 da Agricultura. Nós recebemos, neste ano, 600 contratos de repasses dos
206 deputados federais para estradas vicinais, e chegamos à conclusão de que há
207 necessidade de capacitação dos prefeitos e secretários de agricultura e dos
208 próprios tratoristas que estão lá na ponta efetivando, efetuando e realizando
209 essas estradas vicinais. Nós notamos que eles não estão capacitados para

210 executar essas obras. Então, além de sensibilizar os deputados federais, nós
211 precisamos viabilizar a capacitação desses prefeitos e secretários de agricultura
212 com relação a estradas vicinais. Se não atuarmos nesse ponto, eu acho muito
213 difícil reverter essa situação, que é um mecanismo de levar esses solos para as
214 águas e os rios e provocar esses assoreamentos. Então eu entendo que
215 deveremos ter esforços para viabilizar esse processo de capacitação.” Ricardo
216 Galeno, da organização TNC: “Com relação às estradas vicinais, nós vamos
217 utilizar as informações obtidas no DEER dentro de uma modelagem que a TNC
218 desenvolveu com a universidade de Stamford, em que é possível identificar qual
219 quilômetro de estrada está contribuindo em maior quantidade para o
220 carreamento de sedimentos para aquele determinado recurso hídrico. Isso vai
221 permitir para que possamos direcionar as ações, por exemplo, que hoje estão
222 em curso na Seapa, para onde é melhor gastar o recurso.” Presidente João
223 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Nós estamos também finalizando um termo
224 de cooperação técnica com a Fundação João Pinheiro, que vai pegar todas
225 essas informações. Por exemplo, a polícia tem uma informação sobre estrada
226 vicinal que o DEER não tem. O governo criou um programa que vai unificar
227 todas essas informações. Como o IEF também tem muitas informações, o IEF
228 está fechando agora um termo de cooperação técnica para ajudar também
229 nessa questão.” **4) EXAME DAS ATAS DA 5ª e 6ª REUNIÕES.** Aprovadas por
230 unanimidade as atas da 5ª e 6ª reuniões da Câmara de Atividades
231 Agrossilvipastoris, realizadas em 25 de maio e 29 de junho de 2017,
232 respectivamente, com abstenções dos conselheiros representantes da Seapa,
233 Segov, Mover e Fetaemg. **5) BOSQUE MODELO. Apresentação: Instituto**
234 **Estadual de Florestas (IEF).** Leonardo Diniz, gerente de Incentivos
235 Econômicos à Sustentabilidade/IEF fez apresentação sobre bosque modelo,
236 destacando que se trata de um dos instrumentos de gestão territorial que estão
237 sendo fortalecidos no Estado de Minas Gerais, o conceito, princípios que
238 norteiam, a Rede Iberoamericana de Bosque Modelo e os exemplos em Minas.
239 Síntese dos debates. O presidente suplente Thiago Cavanelas Gelape
240 comentou que “os bosques modelos integram hoje todos os princípios que estão
241 aparecendo em várias outras áreas, como o cooperativismo, gestão da
242 paisagem, análise integrada, análise em rede”. “É uma coisa que está sendo
243 cada vez mais incorporada na política pública. Estamos cada vez mais tentando
244 analisar essa questão da análise da paisagem, análise integrada, verificar a
245 questão regional, o somatório dos impactos, dos benefícios, a cooperação de
246 todos. É uma tendência que vai cada vez mais avançar e se aperfeiçoar para a
247 proteção do meio ambiente.” O conselheiro Pedro de Freitas Moreira destacou a
248 importância de serem tratados os princípios da agroecologia na área ambiental.
249 “São princípios que a agricultura familiar e a agroecologia sempre trabalhou, e é
250 bom quando isso começa a ser incorporado no âmbito do Sistema de Meio
251 Ambiente.” Em seguida, questionou sobre os princípios em que a agricultura
252 familiar poderia ser transformada em bosque modelo e o impacto desse

253 instrumento para o território. “Entender o que limita ter ou não bosque modelo
254 para além daqueles princípios e indicadores, e qual é a perspectiva, no caso do
255 IEF, mas também dessa Rede Iberoamericana, de apoio e construção de
256 parcerias para consolidação dos bosques modelos. Leonardo Diniz/IEF: “Um
257 dos esforços que nós estamos buscando agora é tornar mais concreto,
258 respondendo também um apelo que vem além do próprio Estado. Tem um plano
259 de ação que foi apresentado pela Seplag, se não me engano, em 2015, e dentre
260 as ações tinha a criação de um grupo de trabalho interinstitucional que reunisse
261 IEF, SEMAD, Setur, Seapa, e propusemos incluir a Seda, para buscar ações
262 coordenadas para apoiar os trabalhos na perspectiva do bosque modelo, para
263 que se tornem mais concretos. Principalmente nos últimos seis, sete anos, com
264 o fim do Projeto Pandeiros, uma dificuldade que talvez se tenha encontrado e
265 que nós conseguimos perceber nos relatos é a falta de coordenação de ações
266 para se atuar naquele território. Muitos reconheciam ou praticam as ações sob
267 esses princípios, mas muitas vezes não identificavam como bosque modelo. O
268 ideal é que os atores locais consigam implementar sob essa perspectiva, mas
269 se vão entender que é bosque modelo ou não é um outro fator. Eu consigo
270 visualizar um pouco essa falta de coordenação, que nós estamos tentando
271 voltar a implementar. Talvez com a constituição desse grupo de trabalho
272 possamos orientar os esforços governamentais, mas é claro que os outros
273 atores passam a ser mobilizados a partir desses esforços locais, privados e da
274 sociedade civil.” Conselheira Adriana Santos Nascimento Pereira: “Pegando
275 para a agricultura familiar, a questão de ser sustentável, a resiliência coletiva,
276 essa identidade com todos os recursos naturais, se formos pensar nessa
277 amplitude, nós poderíamos falar que temos hoje vários bosques modelo no
278 Estado. Mas eu quero entender, de fato, esse conceito. É mais um conceito ou
279 tem algum benefício para quem está lá, social, o agricultor? Eu queria entender
280 qual é a vantagem de se tornar bosque, se eles já se consideram
281 agroextrativistas. Qual será a vantagem de fomentar isso para não cairmos só
282 em mais um conceito. Como está sendo tratado esse lado social? Porque eles
283 reclamam muito dessa questão de ter muitas ações, às vezes, mas não ter esse
284 amparo para dar continuidade a essas ações. Por que trocar a palavra
285 agroecologia por bosque?” Leonardo Diniz/IEF: “As práticas implementadas,
286 como a própria agroecologia, são uma forma de tornar o bosque viável. Poderia
287 ter essa perspectiva independente de ter o nome bosque modelo. Mas o esforço
288 principal seria canalizar esforços com recursos financeiros e recursos humanos
289 dos vários atores locais ou que tenham representação local, para apoiar as
290 ações. A ideia do bosque modelo é esse intercâmbio de conhecimentos de
291 trabalho em rede, para promover uma interação maior das ações que são
292 realizadas na região. A Rede Iberoamericana tem um fundo que pode financiar
293 o início de desenvolvimento de algumas atividades ou a potencialização de
294 atividades que já esteja sendo implementadas.” Conselheira Adriana Santos
295 Nascimento Pereira: “Eu reforço mais uma vez que as cooperativas,

296 associações e agricultores que estão presentes nessas áreas só estão
297 conseguindo atuar justamente por esse intercâmbio de parcerias, seja entre
298 sindicatos, governo, prefeituras que lá estão. Eu acho que nós teríamos que
299 entender melhor. Como fomentar algo sem conseguir entender qual é a
300 vantagem? Por exemplo, no Norte de Minas, tem o pessoal das Resex (reservas
301 extrativistas), que não saíram do papel, que se enquadrariam perfeitamente
302 nessa questão de bosque. Mas isso atende a eles? Eu creio que, em um
303 primeiro momento, não. Mas talvez possamos encaminhar para tentarmos
304 entender por que bosque, na prática, para levar ao agricultor. Yuri Rafael de
305 Oliveira Trovão, da Supram Norte de Minas, questionou se os empreendimentos
306 de maior porte, como de silvicultura classes 5 e 6, poderiam ser desenvolvidos
307 dentro do mosaico ou qual alternativa teria o proprietário, considerando,
308 inclusive, a garantia constitucional de direito de propriedade e de uso. Leonardo
309 Diniz/IEF: “O conceito do bosque modelo não é um novo ambiente de restrição
310 de atuação. As áreas continuam passíveis de utilização, respeitada a legislação
311 ambiental. A principal perspectiva é buscar alternativas para que sejam geradas
312 fontes de renda com a conservação da floresta. Então a perspectiva do bosque
313 modelo não é de criar restrição, porque não é unidade de conservação, e a
314 legislação ambiental já está posta, mas de funcionar como instrumento de
315 identificar aquele território e quais são as possibilidades de se potencializar
316 usos seja do solo, seja de geração de renda, e esse compromisso de manter a
317 vegetação nativa conservada na medida em que gera renda para essas
318 comunidades.” O presidente suplente Thiago Cavanelas Gelape destacou que
319 trata-se de um tema relativamente novo e propôs que sejam disponibilizados
320 mais informações e documentos aos conselheiros para aprofundamento do
321 assunto, como funciona institucionalmente o bosque modelo e como é
322 articulado. Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “É uma ferramenta de gestão
323 que só faz sentido se tiver algum tipo de prioridade ou agregação de valor ao
324 produto.” O conselheiro propôs uma discussão de como o governo, junto com a
325 agricultura familiar, pode pensar ações que tratem a área como prioridade. “Se
326 a área é prioridade, como será feito o esforço dentro do Estado para que as
327 ações sejam feitas.” O presidente suplente Thiago Cavanelas Gelape reforçou
328 que o instrumento precisa permitir a tomada de decisões. O conselheiro
329 Fernando Antônio de Souza Costa destacou a importância de se definir como o
330 instrumento poderá ser utilizado para diferenciar a produção originária do local.
331 Como é reconhecida a área de bosque, se tem um ato jurídico ou um grupo ou
332 entidade que representa esse bosque? Leonardo Diniz/IEF afirmou que são
333 questões que precisariam ser melhor trabalhadas para o reconhecimento do
334 bosque modelo. O que poderia resultar na certificação é, a partir da reunião de
335 atores institucionais ou não da região, a apresentação de ações que possam ser
336 potencializadas a partir dessa discussão. Conselheiro Lucas Amaral Melo: “Eu
337 compreendo muito bem os questionamentos com relação ao ganho,
338 principalmente econômico. Se não pensarmos no ganho econômico para as

339 pessoas que vivem na região, é insustentável. Nós todos somos técnicos, e
340 técnico geralmente tem uma característica de não fazer muito bem o marketing,
341 não somos políticos. Eu acho que o marketing faz parte da questão. Então eu
342 acho que tem que dar marca, trazer nome para ganhar respaldo e força de
343 mercado. Por exemplo, o mel que é produzido, o mel de aroeira, tem um
344 componente medicinal típico por causa do pólen de aroeira. O próprio leite de
345 alecrim, a mesma coisa, tem um componente medicinal por causa do alecrim,
346 em determinadas regiões. E um exemplo muito fácil de percebermos é o queijo
347 canastra, que tem o nome por causa de uma unidade de conservação e é
348 conhecido mundialmente. Agrega valor só de ter dado um nome, de falar que
349 aquela região é caracterizada como produtora do queijo canastra. Então são
350 medidas de marketing por trás de medidas ambientais que podem trazer um
351 ganho enorme para a comunidade. Então nós temos que pensar nessas
352 questões. Eu tenho certeza de que nós temos uma série de produtos que
353 podem receber nome relacionado ao bosque. Só com essa questão a facilidade
354 de entrar no mercado é muito grande. Então colocar um lado mais político e de
355 marketing dentro dessa estratégia, para ganhar mercado e favorecer realmente
356 quem está lá dentro, para que se reconheça realmente como participante de um
357 bosque.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO**
358 **DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Bartira Agropecuária S/A. Criação de**
359 **ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo), culturas**
360 **anuais excluindo a olericultura, cultura de cana-de-açúcar com queima.**
361 **Monte Alegre de Minas/MG. PA 90314/2004/002/2010. Classe 5. 6.2) Bartira**
362 **Agropecuária S/A. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos**
363 **de corte (extensivo), culturas anuais excluindo a olericultura, cultura de**
364 **cana-de-açúcar com queima. Canápolis/MG. PA 90337/2004/002/2010.**
365 **Classe 5. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.**
366 Aprovada por unanimidade a unificação do PA 90314/2004/002/2010 e do PA
367 90337/2004/002/2010, passando a vigorar o PA COPAM 90337/2004/002/2010,
368 cuja licença foi concedida com condicionantes, pelo prazo de 10 (dez) anos, nos
369 termos do Parecer Único, com nova redação para a condicionante nº 2:
370 “Executar, semestralmente, o monitoramento da fauna terrestre (avifauna,
371 mastofauna, ictiofauna e herpetofauna) respeitando a sazonalidade.
372 Observação - Apresentar, anualmente, à Supram TMAP, os relatórios
373 conclusivos das campanhas realizadas. Caso a curva de acumulação de riqueza
374 de espécies não seja estabilizada nas 2 (duas) campanhas, deverão ser
375 realizados mais 2 (dois) anos de campanhas sazonais.” **7) ENCERRAMENTO.**
376 Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Eu recebi informação sobre as
377 estradas vicinais. Como o Ministério da Agricultura trabalha com muitos projetos
378 de estradas vicinais, existe a Portaria do MAPA 1.211/2017, que estabelece o
379 que pode ser financiado pelas emendas parlamentares. Antes se poderia só
380 fazer o calçamento poliédrico, e agora se pode fazer a pavimentação. Existe
381 uma orientação nessa portaria de como podemos aprovar e quais as práticas

382 que podem ser adotadas nas estradas vicinais com recursos federais vindos
383 das emendas parlamentares. Só para deixar registrado que existe um
384 documento legal que baseia as análises do Ministério da Agricultura.” Em
385 seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente
386 Thiago Cavanelas Gelape agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
387 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

388

389

390

391

392

393

APROVAÇÃO DA ATA

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris